

A VIRTUALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES: APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA DOS VÍNCULOS SOCIAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO¹

EDILSON CAZELOTO²

Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista - UNIP

Resumo

Este artigo visa interpretar a genealogia das redes sociais baseadas na Internet a partir da noção de “virtualização”. Tendo como ponto inicial a ideia de “comunidade original” (pré-moderna), percebe-se um movimento de abstração crescente dos vínculos sociais os quais, passando pelos conceitos modernos de “Nação” e “Classe”, termina por constituir elemento definidor das redes sociais contemporâneas baseadas na Internet. O movimento de virtualização, no entanto, não pode ser compreendido como a realização de um “destino antropológico” nem mesmo como um imperativo de ordem técnica mas, antes, é concebido como um vetor de transformação do capitalismo. A virtualização é, a um só tempo, uma premissa e um resultado de profundas reestruturações no modo de produção.

Palavras-chave

Comunidades; Virtualização; Capitalismo

A virtualização das comunidades

A crer-se em um dos pioneiros da telemática, a ideia de “comunidade virtual” nasce simultaneamente às redes informacionais que deram origem ao que hoje conhecemos como internet (RHEINGOLD, 1996). A possibilidade tecnológica, inaugurada pela invenção do modem, de interligar, pelo computador, um número variável de usuários em tempo real ou diferido, já contém, em si, elementos que proporcionam o suporte a certos tipos de relações

¹ Artigo apresentado ao eixo temático “Redes sociais, identidade e sociabilidade ” do III Simpósio Nacional ABCiber

² Doutor em comunicação. Professor do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista - UNIP. Líder do Grupo de Pesquisa “Mediações Telemáticas em Grupos Sociais”. Autor de “Inclusão Digital: Uma Visão Crítica (SENAC, 2008).

sociais (sempre discursivas, ainda que se utilizem de recursos multimidiáticos)³, a partir das quais julga-se criar as condições para o surgimento de comunidades. Na verdade, pode-se afirmar que as redes telemáticas proporcionam o *ambiente tecnológico de conexão generalizada* do qual emergem as chamadas “comunidades virtuais”, num primeiro momento e, posteriormente, as “redes sociais baseadas na internet”⁴.

Para além do descrativismo empiricista e do fascínio pela tecnologia, compreender o fenômeno das “comunidades virtuais” implica interpretar não o ambiente tecnológico em si, mas a natureza e as características dos vínculos sociais sustentados e induzidos por estruturas típicas desse ambiente. Como afirma Raquel Recuero (2009, p.23):

O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada por computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações para trocas sociais que impactam essas estruturas.

Um dos caminhos possíveis para esta tarefa passa pela construção de uma interpretação da própria ideia de *comunidade*. O que propomos é a utilização de uma metodologia de inspiração genealógica (Foucault) a fim de iluminar linhas de força que têm permitido a apropriação contemporânea da noção de comunidade, quando acoplada aos vínculos sociais mediados por máquinas portadoras de *chip* (não apenas os computadores, mas telefones celulares e todo o aparato informacional implicado)⁵. O conceito-chave que rege essa genealogia é a *virtualização*.

A virtualização pode ser compreendida como o afastamento da experiência imediata, vivida no campo próprio do indivíduo. Como processo histórico de longo alcance, a virtualização excede o advento dos meios de comunicação (de massa ou telemáticos), embora, a partir da disseminação destes, tenha se tornado uma tendência cultural hegemônica. Do ponto de vista que construímos, a virtualização possui a capacidade de criar laços afetivos

3 É importante frisar esse aspecto: não é possível considerar que as relações e as trocas sociais se reduzam à troca de mensagens (ou, em linguagem mais tecnicista, à troca de informações). Tal mutilação da complexidade material e simbólica dos vínculos sociais tem sido fonte de sérios equívocos, principalmente nas análises que equiparam sem ressalvas as relações mediadas e aquelas que surgem na interação presencial.

4 Haveria que se distinguir, para uma precisão mais rigorosa as “comunidades virtuais” e as “redes sociais baseadas na internet”. Não é essa a intenção deste trabalho, nem julgamos que essa generalização prejudique a argumentação, uma vez que, do ponto de vista dos vínculos sociais criados, é possível acertar o foco naquilo que os dois fenômenos possuem em comum e não nas especificidades que os distinguem.

5 Estamos desenvolvendo este projeto como estágio de pós-doutoramento, em pesquisa intitulada (provisoriamente) de “A virtualização das comunidades no capitalismo contemporâneo”, junto ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, sob supervisão da profa. dra. Raquel Paiva. A argumentação que será desenvolvida aqui aponta para hipóteses iniciais desta pesquisa em andamento.

imaginados⁶, bem como relações de pertença projetadas no tempo e no espaço para além do imediatamente vivido. Assim, a virtualização é uma forma específica de criação de vínculos e, portanto, pode relacionar-se à noção de “comunidade”.

Gênese da noção de comunidade: uma leitura de Tönnies e Durkheim

Na tradição sociológica a questão da vinculação social remete a dois textos fundamentais que, ao contrastar formas sociais modernas e pré-modernas, terminam por oferecer um ponto de vista sobre a natureza dos vínculos comunitários. Referimo-nos aos trabalhos de Ferdinand Tönnies e de Émile Durkheim, ambos publicados nos estertores do século XIX. A hipótese principal de ambos é a de que a modernidade implicou uma ruptura radical na forma como os vínculos e a solidariedade entre indivíduos de uma mesma sociedade se dava em períodos anteriores.

É de Tönnies (2002) a clássica divisão, mais tarde retomada por outros autores, entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, (“comunidade” e “sociedade”). Enquanto na primeira predominava a informalidade e a afetividade, a “sociedade” implica um grau mais elevado de formalização e racionalização.

Embora não se atenha de maneira explícita à questão da comunidade, Durkheim (1989) dedica-se à compreender as formas de vínculo entre os indivíduos, construindo um olhar atento às suas manifestações, pela chave conceitual da “solidariedade”.

“Onde a solidariedade social existe, apesar do seu caráter imaterial, ela não permanece no estado de potência pura, mas manifesta a sua presença através de efeitos sensíveis. Onde ela é forte, inclina fortemente os homens uns para os outros, põe-os freqüentemente em contato, multiplica as ocasiões de entrarem em relação” (idem, p. 80).

Em Durkheim, portanto, a solidariedade adquire “efeitos sensíveis” no modo como os indivíduos estabelecem e mantêm relações sociais, o que não é senão outra forma de dizer que a solidariedade torna-se apreensível a partir das formas como se organiza em um contexto dado. É isso que nos permite ler em sua análise a mesma ruptura entre comunidade e sociedade, em registro distinto. Durkheim sinaliza essa transformação ao descrever a ênfase moderna nas formas de *solidariedade orgânica*, em detrimento da *solidariedade mecânica* que predominava em sociedades pré-modernas. O enfoque aqui é na dicotomia

⁶ Utilizamos aqui a noção de “imaginado” da mesma forma que Anderson (2008), ressaltando não se tratar de sinônimo de “falso” ou “irreal”.

homogeneidade / heterogeneidade. Enquanto os vínculos mecânicos pressupõem a ideia de uma comunidade homogênea (idem, p. 126), com valores e práticas semelhantes oriundos de uma mesma tradição cultural, a solidariedade orgânica é mais racionalista e instrumental, na medida em que leva em conta a questão dos interesses individuais⁷.

Nosso objetivo, no entanto, é inferir nessas transformações o papel desempenhado pela mediatização das relações sociais, visto que essa angulação do raciocínio constitui um campo necessário para pensar a “comunidade virtual” e as redes sociais da cibercultura como *um modo de vinculação social mediada por aparatos comunicacionais*.

A gênese da noção de comunidade remete a um momento pré-moderno em que predominava a formação de laços sociais de forma não mediada, desde que entendamos essa “imediatricidade” como a necessidade de encontros do tipo “face-a-face”. Essas comunidades originais seriam marcadas pelo imaginário de um “destino comum”, legitimado por relações de afetividade, parentesco e vizinhança. Nessas comunidades, a maior parte da experiência vivida era determinada pelas regras tradicionais da cultura.

Os fortes vínculos eram responsáveis por uma distinção muito clara entre o “nós” e o “eles”. “Nós” somos aqueles que conhecem os “verdadeiros” costumes, que nos comportamos de maneira adequada, que gostamos das coisas boas, que conhecemos a justiça e as leis naturais que regem o mundo. “Eles” são considerados bárbaros, com costumes estranhos e claramente inadequados. A comunidade, portanto, constitui-se como sede do conhecimento do “estilo de vida” correto, fornecendo uma espécie de “mapa da subjetividade”. O indivíduo que constitui uma comunidade (e é constituído por ela) sabe como deve se comportar, a partir do espelho fornecido pela cultura comum.

Essa forma de vínculo tem um forte apelo territorial⁸ e de partilha de símbolos e mitos. Normalmente, as comunidades deste tipo contam com um mito de origem comum, que determina o lugar do grupo na ordem universal das coisas.

AS COMUNIDADES MODERNAS: NAÇÃO

⁷ É interessante notar que Tönnies também se utiliza da contraposição entre “mecânico” e “orgânico”, mas com sentido inverso ao que Durkheim imprimiu posteriormente. Para o autor alemão, o “orgânico” refere-se ao período pré-moderno (em que predominava a *Gemeinschaft* ou comunidade), enquanto a mecanização dos vínculos é característica das sociedades modernas.

⁸ Importante ressalva deve ser feita ao fenômeno religioso o qual, embora predominantemente circunscrito à esfera presencial, foi capaz de constituir uma primeira esfera comunitária já virtualizada. A noção de “cristandade”, de enorme influência na Idade Média, é um exemplo desta capacidade.

Começemos a reflexão sobre o modo moderno de vinculação social e sua relação com os aparatos comunicacionais a partir de um exemplo: a comunidade nacional. Benedict Anderson (2008) estabelece uma relação entre o desenvolvimento da imprensa escrita e a ideia de Nação, no decorrer do período moderno. Para o autor, o senso de pertencimento a uma “comunidade nacional” desenvolve-se a partir de um deslocamento da experiência imediata, ou seja, a partir de um complexo (e por vezes intencionalmente construído) sistema de construção de um imaginário comum. A mediação é necessária uma vez que a “Nação” é sempre um conceito abstrato, de tênues bordas geográficas, simbólicas e históricas.

Assim, os *media* impressos (com destaque para os jornais) colaboraram para fundar uma percepção de comunidade na qual os indivíduos dispõem o compartilhamento de um contexto imediatamente concreto. Desta forma, a Nação moderna constitui exemplo do processo que denominamos “virtualização”. A virtualização é, portanto, uma forma de criação de vínculos sociais abstratos.

A comunidade nacional não é composta por um número relativamente limitado de vizinhos e parentes, mas abre-se à indivíduos que são apenas logicamente pressupostos. Gaúchos e Amazonenses, por exemplo, compartilham a pertença a uma comunidade “brasileira”, sem que jamais venham a se conhecer. A pertença em comum é virtualizada, uma vez que se constrói não apenas a partir dos contatos imediatamente concretos, presentes, mas abre-se *potencialmente* a todo um conjunto de outros indivíduos que, *imagina-se*, compartilhem um repertório de valores e representações do mundo, ainda que não ocupem o mesmo território, por isso, não sejam ‘visíveis’, senão por representações mediáticas.

O exemplo da Nação mostra que, pelo processo de virtualização, parte dos vínculos sociais não é mais simplesmente aceita como natural, mas deve ser incessantemente construída e reconstruída a partir de signos colocados em circulação e por rituais comuns⁹. Assim, não há mais a ideia de um “destino único”, natural e inescapável, determinado exclusivamente pelo acaso do nascimento. A solidariedade “orgânica” emerge da abstração da comunidade concreta.

A modernidade representou, assim, uma primeira ruptura na noção original de comunidade. Dos modos de vinculação imediatamente concretos, ela implicou a formação de elos sociais mais abstratos e menos territoriais. Podemos concluir que a modernização trouxe

⁹ Assim, um Estado deve empenhar-se em criar e manter o sentimento “nacional”, da mesma forma como, na visão pedagógica de um certo marxismo, o operário deve aprender a ser um operário, abandonando o fantasma da alienação.

dois fatores importantes para a noção contemporânea de comunidade: *a abstração dos membros* e *a quebra da proximidade territorial*.

A COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DE MASSA

Os meios de comunicação eletrônicos de massa (principalmente o rádio e a televisão¹⁰) colocaram-se na esteira do caminho apontado por Anderson e reforçaram essa primeira onda de virtualização da comunidade. Mesmo em regiões com um alto número de iletrados, o uso da imagem e do som permitiu uma ampliação deste “imaginário comum” em uma escala sem precedentes. Não por acaso, o controle das ondas eletromagnéticas passou a ser considerado elemento chave de políticas nacionais e nacionalistas.

Paradoxalmente, no entanto, esses mesmos meios eletrônicos propiciaram um alargamento dos laços afetivos e da pertença para além dos limites das nações. Se a circulação de um jornal ou revista está restrita, por questões legais e lingüísticas, a um certo território, o rádio e a televisão desenvolverem uma clara vocação globalizadora. Desta forma, ao mesmo tempo em que reforçaram os vínculos com a Nação, rádio e televisão expandiram esses vínculos para construir um imaginário internacionalista, com a circulação mundial de conteúdos a partir de grandes centros produtores, como os Estados Unidos.

Além de avançar geograficamente, derrubando as fronteiras nacionais, os meios de massa infiltraram-se na experiência cotidiana em áreas nas quais o jornal tinha pouco acesso, como o lazer, a moda e os costumes. Enquanto a mídia impressa centrava-se na questão da informação jornalística, rádio e televisão forneciam modelos de comportamento mais diversificados e cotidianos, criando fontes de identificação mais abrangentes e persuasivas e, portanto, ampliando seu poder de vinculação. Se, como dissemos anteriormente, a modernidade implicou uma quebra da base territorial e uma abstração dos membros de uma comunidade, foi com o advento do rádio e, depois, da televisão, que essas tendências ganharam a potência de intervir em áreas da cultura e do comportamento que ainda permaneciam fortemente locais, ampliando o processo de virtualização.

A ampliação da abrangência dos modelos de comportamento induzida pelo rádio e pela TV permitiu que a comunicação passasse a disputar o lugar de “espelho” com a

¹⁰ Excluimos o cinema, em um primeiro momento, para nos concentrarmos em meios mais propriamente de difusão. Acreditamos que o cinema, embora seja importantíssimo na constituição daquilo que chamamos de “imaginário comum” e, portanto, do processo de virtualização como um todo, mereça ser considerado em um momento em separado, já que, como prática cultural possui particularidades importantes demais para serem desconsideradas.

comunidade territorial. Multiplicam-se as possibilidades de escolha (social e economicamente determinadas) dos “estilos de vida”¹¹.

De maneira geral, a noção de “estilo de vida” não é propriamente uma invenção moderna. A própria cultura pode ser concebida como um conjunto de “regras para a vida em comum” e a maneira como um indivíduo interpreta e atualiza essas regras sempre foi uma forma de definir o “nós” e o “eles”, que constitui a percepção da comunidade. A diferença é que, antes da modernidade, os “estilos” possíveis eram relativamente poucos e determinados pela tradição. A comunicação de massa torna-se uma vitrine de modelos (com predominância, evidentemente, dos estilos de vida ocidentais e, entre eles, do “*american way of life*”) juxtapondo comportamentos e valores de origem remota.

Não é mais possível endossar teorias manipulatórias e de “colonialismo cultural”, mas é essa possibilidade (socialmente determinada) de escolhas e de negociação constante entre a cultura local e os meios de massa que fornecerão a base para o multiculturalismo e a implosão das “grandes narrativas” apontada por Lyotard, no contexto da pós-modernidade (1986). O efeito da virtualização moderna é a relativização (e por fim, a neutralização mútua) dos valores com os quais o indivíduo avalia sua pertença e seus vínculos. Na verdade, a própria possibilidade de avaliar esses valores decorre do contraste provocado pela experiência imediata e a presença dos meios de comunicação de massa. O fato é que boa parte do poder vinculante das comunidades originais dependia de sua *exclusividade*, ou seja, de que os valores e modelos de vida compartilhados fossem considerados a *única* opção do indivíduo (ou, pelo menos, a opção “normal” e “natural”). Eles pertenciam a uma região do agir cotidiano que não está sujeita ao questionamento ou à crítica. Vinculavam não apenas pelo seu conteúdo, mas por aquilo que não é dito, pelos pressupostos e convenções tacitamente aceitos. Quando os meios de comunicação de massa entram em cena, seu primeiro efeito é o de um choque com os modos de vida anteriores, de bases prioritariamente locais.

De maneira sempre tensa e, por vezes, contraditória, o “outro” passa a ser não um oposto, mas uma possibilidade de identificação aberta. A raiz dos nacionalismos, do xenofobismo e de outras formas de fundamentalismo cultural está na defesa contra essa abertura, na afirmação radical e contundente do “nós” (GIDDENS, 2005, p. 47–60). No entanto, principalmente nos ambientes urbanos, a convivência de vários “estilos de vida” e a possibilidade de escolha entre eles passa a dar a tônica da constituição de comunidades.

¹¹ Esse é um dos argumentos centrais na forma com que alguns autores pensam a mudança no agir cotidiano com a superação da ideia de “tradição”. Veja-se GIDDENS, 2005; 1997; 1996; BAUMAN, 2003; 2001; 1998

A CIBERCULTURA E AS COMUNIDADES VIRTUAIS

O processo de virtualização das comunidades segue adiante com o advento da cibercultura. As possibilidades de escolha de “estilos de vida”, inaugurada pela modernidade e aprofundada pela difusão dos meios de comunicação de massa, é reescalada com a pulverização da comunicação provocada pelo advento da telemática. De fato, os modelos disseminados pelos meios massivos, à luz do atual estágio comunicacional, parecem restritivos e centralizados. Por isso, autores como Lemos (2006) qualificam essa abertura como uma “liberação” dos emissores.

O crescimento das possibilidades de identificação, no entanto, é inversamente proporcional ao sentimento de pertença e à segurança que isso proporcionava, como Bauman e Giddens vêm analisando. Qualquer comportamento, por mais aberrante que possa parecer à maioria de uma sociedade, encontra eco e é legitimado nas comunidades de base telemática, o que, inevitavelmente, acaba sublinhando a arbitrariedade dos vínculos elegíveis. (CAZELOTO, 2008, p. 105-106) Se uma pessoa participa hoje de uma rede, pode simplesmente escolher não participar amanhã e o vínculo perdura enquanto houver interesse. O vínculo é, na verdade, uma espécie de mercadoria imaterial, um serviço prestado por uma instituição (com ou sem fins lucrativos) pela Internet.

Se o “encanto” da comunidade é criar um local de segurança, quando ela começa a ser objeto de escolha e adesão voluntária, é seu próprio caráter que ameaça se desintegrar. O indivíduo passa a eleger seus vínculos sociais a partir de uma idéia de “rentabilidade”: ele procura as relações que serão mais prazerosas ou produtivas ou as que podem abrir mais possibilidades de experiências. Mas o caráter opcional da comunidade faz com que ela perca sua capacidade de proteger. O indivíduo sabe que não pode contar com os outros e que, da mesma forma que ele pode se desligar a qualquer momento, as porta de saída está sempre aberta a todos os demais.

A pertença à comunidade não é dada e garantida de uma vez por todas, mas deve ser objeto de investimentos constantes. O indivíduo tem que demonstrar o tempo todo que quer e merece estar naquela comunidade. Não pode usar a roupa errada, nem falar a gíria errada, sob pena de exclusão sumária.

É necessário, no entanto, distinguir dois pólos de apropriação da telemática, no que tange às comunidades: no primeiro, está a comunidade puramente virtual, que se utiliza de

ferramentas como o Orkut e o Twitter para criar vínculos tão frágeis que podem ser considerados meramente “conexões”.

No outro pólo, está o uso das redes por parte de comunidades instituídas em um momento anterior (concreto) que se utilizam das técnicas de comunicação digital para o fortalecimento de laços presenciais e para a divulgação de seus valores e projetos. A comunidade não é formada na rede, mas alimenta-se das conexões para aumentar as oportunidades de contato.

Portanto, o modo de apropriação da tecnologia para o estabelecimento de redes sociais depende de condições anteriores externas à tecnologia. Essa distinção permite realizar uma análise que escape ao determinismo tecnológico, que exaltaria a conexão como equivalente à comunicação ou condenaria de antemão a “superficialidade” dos vínculos no ambiente digital. Claro que a Internet, como qualquer manifestação tecnológica, não é neutra, no sentido que seu uso já imprime um certo viés e as condições de possibilidade de sua apropriação. Mas, o que se quer ressaltar é que, no caso específico das redes sociais online, os vínculos *off-line* matizam o uso concreto da tecnologia.

Isso implica que o processo de virtualização atua de maneira dialética: se num primeiro momento ele colabora para a criação de laços comunitários com base em “estilos de vida” e interesses convergentes, sua radicalização pode conduzir ao enfraquecimento dos laços e à dissolução do próprio sentido de comunidade. Essa dissolução, no entanto, não pode ser evitada pela tecnologia, mas apenas de um ponto de vista externo a ela, pelo fortalecimento dos contatos de outra natureza.

VIRTUALIZAÇÃO E CAPITALISMO

Parte expressiva da literatura sobre as “comunidades virtuais” ressalta o caráter transformador das redes sociais, principalmente no âmbito da política, iluminados pela ideia de uma participação discursiva sem os constrangimentos do poder estatal e do capital. As redes surgem como portadoras “naturais” de virtudes democráticas e contra-hegemônicas. Porém, conexão não é comunicação: é um pré-requisito técnico, mas o comunicar não se reduz à possibilidade de contato. Acreditamos que esse viés resulta de uma visão excessivamente tecnicista, que ressalta as *potencialidades técnicas* da telemática, em detrimento de seus usos concretos e das induções contextuais a que estes usos estão submetidos. A chave para uma compreensão mais ampla do processo comunicacional de

virtualização das comunidades, portanto, deve ser buscada nas relações *off-line*, ou seja, no contexto social, econômico e cultural que preside a apropriação concreta dos meios.

A centralidade da telemática, no contexto do capitalismo contemporâneo, (CAZELOTO, 2008) conota relações de fundo entre o processo de virtualização e o desenvolvimento do modo de produção. Uma interpretação precisa do fenômeno não pode prescindir de uma visão ampla, que leve em consideração o papel que a virtualização desempenha na realização das novas formas de vinculação e sociabilidade inscritas nas transformações do capital na cibercultura.

Não caberá ao âmbito deste trabalho a exploração exaustiva destas relações entre Redes Sociais e Capitalismo, mas apenas apontar alguns fenômenos, registrados sob fórmulas como o “pós-fordismo” ou o “pós-industrialismo”, que parecem permitir um vislumbre desta relação. Entre outros, é possível destacar:

- A terceirização de etapas da produção
- Ascensão do “trabalho imaterial
- Produção de pequenos lotes.
- Apelo à pesquisa/ inovação constante:
- Substituição da lógica da produção pela lógica dos serviços
- Desqualificação do trabalho
- Dispersão geográfica
- Financeirização

Todas essas características do capitalismo contemporâneo alimentam-se de modos de vinculação típicos das comunidades ciberculturais (ao mesmo tempo que alimentam esses mesmos modos), como a transitoriedade, a abstração da geografia, a sensação de “escolha”, a instabilidade etc. Surge desta relação a hipótese que o processo de virtualização não é um fenômeno incidental no contexto das novas características da acumulação capitalista, mas que desenvolve com ela uma relação de mútuo apoio e reiteração (bem como novas contradições e “brechas” para ações contra-hegemônicas). A virtualização, ao menos na cibercultura, parece ser o modo como o capital cria comunidades para si, propiciando e fortalecendo, pela comunicação, vínculos sociais específicos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON; Benedict. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **O mal estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão Digital**: uma visão crítica. São Paulo: SENAC, 2008.

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social**. Vol. 1 e 2. Lisboa: Presença, 1989 [1893].

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Para além da esquerda e da direita**. Trad. Alvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1996.

LEMONS, André. “Ciber-cultura-Remix”. In ARAÚJO, Denize Correa (org.) **Imagem (ir)realidade**. Comunicação e cibermídia. Porto Alegre: Sulina, 2006. Disponível em : <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/remix.pdf>. Último acesso em 20/ago/2009

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

RECUERO, RAQUEL. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RHEINGOLD, H. **A Comunidade Virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. New York: Dover, 2002 [1887]